

Homossexuais fazem 'Cimeira GLT'

free-lance para a Folha

Entidades de defesa dos direitos de gays, lésbicas e travestis fizeram ontem no Rio a "Cimeira GLT", na qual apresentaram documento com reivindicações que serão encaminhadas por e-mail à cúpula oficial que acontece na cidade.

O encontro reuniu representantes de entidades de defesa dos direitos dos homossexuais do Brasil, da Argentina e do Chile.

Após a reunião, um grupo de 15 pessoas realizou manifestação em frente ao consulado do Peru, em Botafogo (zona sul), protestando contra supostos desrespeitos aos homossexuais naquele país. Enca-

minharam também "carta de louvor" ao consulado do Equador, país que, de acordo com o grupo, foi o primeiro da América Latina a incluir na sua Constituição, em março de 98, proibição à discriminação por orientação sexual.

Constituições

Entre as principais reivindicações do documento elaborado na "Cimeira GLT" está a inclusão nas Constituições de todos os países da América Latina e do Caribe de artigo que garanta a não discriminação por orientação sexual.

No caso brasileiro, a Constituição prevê que todos são iguais perante a lei.

Homossexuais fazem reunião de cúpula

Dia Mundial do Orgulho Gay coincide com encontro internacional

GUSTAVO DE ALMEIDA

Por essa os líderes da América Latina e da União Européia não esperavam. O primeiro dia da reunião de cúpula dos líderes mundiais, ontem, coincidiu com o Dia Mundial do Orgulho Gay. Por causa disso, a Cimeira teve duas versões: a convencional, no Museu de Arte Moderna, e a GLT (Gays, Lésbicas e Travestis), em uma discreta casa de dois andares no bairro de Laranjeiras, Zona Sul do Rio.

O evento reuniu lideranças gays do Brasil, do Chile e da Argentina — um quórum bem menor do que o da Cimeira principal.

As pretensões, no entanto, não estão muito abaixo: com a elaboração da Carta



Os homossexuais fazem seu protesto diante do consulado do Peru

do Rio GLT, um documento que os gays enviarão à Cimeira via correio, as diversas entidades pedem mudanças no ensino de educação sexual de modo

que as preferências sexuais sejam abordadas nas aulas para crianças, e exigem a aprovação de uma legislação que trate a discriminação sexual com o

mesmo rigor que o racismo.

— No Brasil há 76 municípios em que a lei proíbe a discriminação, mas destes apenas cinco prevêem sanções — protestou o presidente do Grupo Arco-Íris, Cláudio Nascimento.

Para Nascimento, o currículo escolar de Educação Sexual tem que ser mudado, de forma que as crianças não cresçam com a idéia de que o homossexualismo é doença ou pecado.

— É preciso incluir no currículo a noção de que há diversas orientações sexuais. Por enquanto, só se trata de questões físicas, como uso de camisinha e doenças — diz Nascimento, afirmando que já há pedidos formais de mudanças encaminhados ao Governo federal.